



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Índice

A. Ordem do dia	2
Ponto único - Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal, atualização das taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas e no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município do Cartaxo para o ano de 2015.....	2
FORMA DE VOTAÇÃO.....	30
ENCERRAMENTO.....	30



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 33 | 05 de novembro de 2014

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARTAXO REALIZADA A CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Cartaxo, sob a Presidência do senhor **PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS)**, a presença do Vice-Presidente, senhor **FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS)** e a presença dos Vereadores, senhora **SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS)**, senhora **ÉLIA CRISTINA DE SOUSA FIGUEIREDO (PV-MPC)** - em substituição, senhor **VASCO MANUEL HENRIQUES CUNHA (PSD)** e senhor **PAULO JOSÉ LOPES DAS NEVES (PSD)**.

APOIO – Secretariou o técnico superior, senhor Luís Miguel da Silva Benavente.

O senhor vereador **PAULO JORGE VIEIRA VARANDA (PV-MPC)** solicitou a sua substituição e o senhor **NUNO FILIPE ROSA NOGUEIRA (PV-MPC)** faltou por motivos profissionais.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor Vice-Presidente informou que o senhor Presidente estava atrasado devido a um compromisso e declarou aberta a reunião quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Da presente reunião constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de 31 de outubro do corrente ano:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ORDEM DO DIA

Ponto único - Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal, atualização das taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas e no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município do Cartaxo para o ano de 2015 /para deliberação.

A. Ordem do dia

O senhor Presidente de Câmara passou a presidir à reunião.

Ponto único - Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal, atualização das taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas e no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município do Cartaxo para o ano de 2015

Proposta de Deliberação n.º 80/VP-FA/2014

“Considerando que,

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril – que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) – define como documentos previsionais, a adotar pelas Autarquias Locais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento;

A conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos com o estipulado pelo POCAL no ponto 3.1.1 das respetivas considerações técnicas, ficam as autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil;

A execução dos documentos previsionais mencionados deve levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e de gestão eficiente da tesouraria,



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

garantia de que os custos e as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia;

O POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento se deve submeter, nomeadamente os resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com o disposto no Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril;

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais deve o Executivo Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, para que esta delibere nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da mesma Lei;

Nos termos do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 26 de junho, o ato de aprovação de um mapa de pessoal deve ocorrer simultaneamente com a aprovação do orçamento. Compete à Câmara nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para que este órgão nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1, do artigo 25º da mesma Lei aprove o mapa de pessoal para 2015;

Por último, nos termos do n.º 1 do artigo 9º, da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro que aprovou o Regime geral das Taxas das Autarquias Locais, é estabelecido que as taxas serão atualizadas anualmente conjuntamente com a proposta de Orçamento.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho:

Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, a proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal, atualização das taxas previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas e no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município do Cartaxo para o ano de 2015.

O Vice-Presidente da Câmara,

Fernando M. S. Amorim"



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Cumprimentou os presentes e pediu desculpas pelo seu atraso devido a um compromisso. De seguida fez as seguintes considerações sobre o orçamento 2015:

- Salientou a redução de 22,4% - 17,2 milhões de euros - no orçamento de 2015 no valor de 59,5 milhões de euros em relação ao orçamento de 2014 na ordem dos 76.775.000 €;
- Apontou a receção da informação das verbas do PAEL, no final da tarde do dia de conclusão dos trabalhos do orçamento, tendo sido ponderada a revisão do documento para ficar em conformidade com as indicações do PAEL e o respetivo envio ao executivo na madrugada do dia seguinte;
- Realçou que não foi inscrita a verba de 15 milhões de euros respeitante ao parque de estacionamento, assumida de forma clara e transparente a sua inscrição à regra do equilíbrio orçamental e sem expectativa de arrecadação da verba;
- Anotou a previsão de 244 mil euros para estacionamento à superfície e subterrâneo explorado diretamente pelo Município;
- Frisou a redução de 161 mil euros na despesa com o pessoal e 20 mil euros na aquisição de bens e serviços;
- Mencionou o reforço na maximização da receita do Município, no âmbito do PAEL e do reequilíbrio financeiro;
- Registou a redução da curva da dívida a terceiros, no mês de setembro apresentava uma diminuição de 1,5 milhão de euros;
- Assinalou a revisão do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, aguardando a nomeação do Fundo para início das negociações;
- Quanto ao mapa de pessoal, disse que o orçamento refletia o contexto atual e a obrigatoriedade do Município aceder ao FAM definia a redução de pessoal por aposentação ou acordo de negociação de rescisão. Salientou não concordar com essa matéria, porque os problemas da Câmara não eram de gestão de recursos humanos nem a dívida respeitava os custos com pessoal, sendo o mais fácil de atacar também agravava a capacidade de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

resposta dos municípios, obrigando o recurso a prestações de serviços fora do âmbito das suas competências e dos recursos humanos existentes. Concluiu que era contra essa medida, porque a mesma não visava a resolução do problema mas o seu agravamento, apesar das virtudes do instrumento do FAM.

VICE-PRESIDENTE

Elucidou que a metodologia utilizada no orçamento assentou nas especificidades do Município, expurgando compromissos e dívidas de anos anteriores. Mencionou que a receita de capital do próprio exercício, segundo o POCAL, nesse momento, apresentava 1.975.000 € de capital e 13,3 milhões de euros de receita corrente. Considerando o normal funcionamento da Câmara durante o ano, expurgando a dívida de capital e as transferências da RUMO 2020, frisou que o Município necessitava de 2,164 milhões de euros de despesa de capital e 12,708 milhões de euros de despesa corrente, o que significava um superavit de 403 mil euros por ano. Salientou que a despesa corrente de 12 milhões de euros incorporava o pagamento do capital, as prestações dos empréstimos e a RUMO 2020, passando o deficit para 3 milhões de euros por ano. Se, porventura, fosse incorporada a dívida de anos anteriores de 22,756 milhões de euros de capital e 18,507 milhões de euros de despesa corrente verificava-se um orçamento desequilibrado em 44,273 milhões de euros, no total em 59 milhões de euros e era esse o orçamento do Município. Assim, o executivo procedeu à elaboração do plano de ajustamento municipal para fazer face aos 44 milhões de euros, à dívida atrasada e às despesas futuras, dos quais 11 milhões de euros foram pedidos no âmbito do fundo de apoio transitório para despesas a vencer, com a previsão de receber 60% na primeira tranche da rubrica de 17 milhões de euros do PAEL para dívidas vencidas, designadamente acordos de regularização de dívida assinados pelo Município referente ao Banco Santander, BPI e BES. Concluiu que a despesa de capital visava a conservação e manutenção dos equipamentos, bem como a conclusão dos processos respeitantes a concursos de fundos comunitários.

VEREADORA ÉLIA FIGUEIREDO



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Cumprimentou os presentes e manifestou o apreço do PV-MPC à equipa técnica que elaborou o documento. Quanto às Grandes Opções do Plano, questionou o seguinte:

✓ Na página 41:

- Remodelação do parque municipal de exposições em 2016 no valor de 915.000€;
- Aumento de despesas com gásóleo, de 63.800 € no ano 2015 para 200.000€ no ano 2016.

✓ Na página 42:

- A candidatura para construção do novo centro escolar em Pontével, em 2016, no valor de 2.650.000€ ou a mesma era feita no âmbito de alguma candidatura.

✓ Na página 44:

- Previsão de verbas avultadas na componente do saneamento no ano 2015 para obras das ETAR das freguesias e a sua contratualização no âmbito da concessão das águas.

✓ Na página 45:

- Elaboração do projeto técnico da nova biblioteca municipal no valor de 100.000€, em 2015;
- Receita respeitante aos empréstimos e valor dos juros associados e estimados.

✓ Na página 73:

- Segundo o mapa apresentado, considerou uma violação das regras do equilíbrio orçamental, porque a receita corrente era insuficiente para financiar a despesa corrente e o artigo 40º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro plasmava que além de ter de cumprir o anterior acresciam as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

✓ Na página 75:

- A classificação económica 051099 correspondente à designação «Outros» apresentava uma receita de 690.000€.

✓ Na página 77:

- A previsão da receita de 247.538€ referente a parques de estacionamento.

✓ Na página 78:

- A classificação económica 070399 relativa à designação «Outras» de 1.000.000 € alusiva a rendas, segundo o POCAL era arrendamento de edificação e aluguer de equipamentos.

✓ Na página 87:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- A parcela contabilizada para pagamento de juros de mora a fornecedores.

✓ Na página 107:

- A redução do mapa de pessoal, que passava de 376 trabalhadores para 359 trabalhadores em 2015, dado apenas a existência de duas pessoas para aposentação por limite de idade.

✓ Na página 108:

- A classificação económica 020115 referente à designação «Prémios, Condecorações e Ofertas», no valor de 112.633 €;

- A classificação económica 020220 da designação «Outros Trabalhos Especializados» no valor de 3.687.243 € e a designação «Outros Serviços» no montante de 3.070.657 €;

- A discriminação das parcelas respeitantes à designação «Outros».

Por último, sugeriu uma alteração da estrutura orgânica no mapa de pessoal e regulamento orgânico, dada a afirmação do senhor Presidente e Vice-Presidente na última reunião quanto ao serviço de higiene, saúde e segurança no trabalho ser assegurado pela técnica dos recursos humanos e coordenadora da divisão, pelo que depreendia que a mesma estava credenciada para o exercício das funções e que esse serviço deixou de existir na unidade orgânica 04 – Divisão de Obras e Equipamentos Municipais e passou para a unidade orgânica 02 – Divisão de Apoio Geral e Recursos Humanos.

PRESIDENTE

Frisou que o executivo deixou algumas rubricas em aberto como a remodelação do parque municipal de exposições e a construção do centro escolar de Pontével, que na redefinição de valores atribuídos na reprogramação foram remitidas para 2016 e 2017, na expectativa que o próximo quadro comunitário apoiasse essas infraestruturas, incluindo o centro escolar de Pontével no âmbito da carta educativa que estava em revisão e mencionava o mesmo. Elucidou que a verba alocada ao projeto da nova biblioteca municipal era de anos anteriores e a verba alocada às obras das ETAR de Vale da Pedra, Lapa e Pontével era uma previsão das comparticipações do Município e transitava de orçamentos anteriores – o senhor Vice-



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Presidente interrompeu para informar que as verbas das ETAR ficaram de fora do novo contrato de renegociação com a Cartágua, apesar da possibilidade de candidatura no âmbito do POVT – o senhor Presidente retomou a sua intervenção e recordou a assinatura do contrato adicional em março de 2013, durante a presidência do Eng.º Paulo Varanda. Solicitou que o senhor Vice-Presidente elucidasse a questão dos juros associados à rubrica da receita dos empréstimos.

VICE-PRESIDENTE

Esclareceu que os juros estavam previstos na Lei segundo a taxa da República Portuguesa a 5 anos e acrescida do spread de 0,15%, assim disse que estava plasmado o empréstimos respeitantes ao fundo de apoio de urgência e a previsão em termos de FAM para o equilíbrio orçamental, atendendo ao desequilíbrio do orçamento com a despesa corrente de 2014 no valor de 18.000.000 € e a receita corrente de 2015 na ordem de 15.000.000 €.

Elucidou que o pagamento de juros de mora a fornecedores no valor de 3.348.828,58 € respeitava anos anteriores e o cálculo para o ano 2015 de 943.948 €, o capital de anos anteriores no valor de 6.192.808 € e o cálculo para o ano 2015 de 2.887.373 €, representavam o somatório do cálculo da rubrica «encargos financeiro, juros e capital» de serviço da dívida. Referiu que o quadro de pessoal de 2015 refletia a evolução do ano 2014, designadamente a aposentação de 7 ou 8 trabalhadores e a rescisão de contrato por parte de 2 trabalhadores, prevendo-se ainda mais aposentações.

PRESIDENTE

Elucidou que a designação «Outros» era sempre alvo de questões e pensa ter sido o primeiro executivo a distribuir de forma discriminada a rubrica «Outros» aos partidos da oposição, à semelhança do ano transato. Nesse sentido solicitou à Dr.ª Ana Lúcia que fosse facultado o mapa discriminado aos senhores vereadores ainda no decorrer dessa reunião.

Anotou que a designação «Outras» da página 78 no valor de 992.499 €, na sua maioria, respeitava rendas da EDP; a designação «Outros» da página 75 abarcava o valor de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

230.000 € que a Cartágua recusou pagar à Câmara em setembro e a previsão de 460.000 € para o próximo ano; e a designação «Prémios, Condecorações e Ofertas» era dívida, na sua maioria, do mandato anterior. Realçou o desequilíbrio orçamental e reforçou que a maioria das verbas carregadas no orçamento eram dívidas do passado, elucidado no mapa facultado pelo senhor Vice-Presidente, destacando que os últimos orçamentos carregavam as verbas do protocolo da Ota e do parque de estacionamento a rondar os 15 milhões. Concluiu ser um orçamento realista dadas as dificuldades do Município e ao facto do FAM não obrigar a Câmara, tal como estava no passado, a empolar uma receita porque canalizou para determinada rubrica a expectativa de um equilíbrio orçamental.

VEREADOR VASCO CUNHA

Cumprimentou os presentes e leu a **declaração de voto** dos vereadores do PSD sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal do Cartaxo para 2015:

«É fundamental corrigir o 3º parágrafo da página 5 e o 2º parágrafo da página 9 da proposta do Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo. Os pressupostos aí enunciados são falsos e errados. Aí se refere que:

«A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015 impõe um infundado limite de 35% de despesas com pessoal. Este facto a par da imposição do despedimento de 3% dos trabalhadores municipais, no âmbito do acesso ao Fundo de Apoio Municipal, limita e condiciona, em larga medida, a gestão e a autonomia das autarquias. Os graves problemas financeiros do Município do Cartaxo não têm origem nem se resolvem na esfera dos custos com o pessoal, pelo que nos parecem despropositadas as medidas que de forma discricionária incidem sobre as autarquias em rutura financeira.»

«A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015, apresentada pelo Governo impõe um limite de 35% de despesas com pessoal. Este facto a par da imposição do despedimento de 3% dos trabalhadores municipais, no âmbito da Lei 53/2014, de 25 de agosto, que regulamenta o acesso do Município ao Fundo de Apoio Municipal, limita e condiciona, em larga medida, a gestão e a autonomia das autarquias na gestão de recursos humanos.»



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Sucedo que:

a) O número 2 do artigo 62º da proposta de Orçamento de Estado para 2015 estabelece o limite de 35% de Despesas com Pessoal aos "Municípios em equilíbrio (financeiro) e nas restantes entidades da administração local". Logo não se aplica ao Município do Cartaxo;

b) O número 1 do artigo 63º refere-se aos "Municípios em situação de saneamento ou rutura (financeira)" e explicita que "REDUZEM o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2014" e explicita na alínea a) os 3% para os Municípios onde "a respetiva dívida total ultrapasse 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". Aplicando-se esta fórmula ao Município do Cartaxo.

- Não menciona o "DESPEDIMENTO";
- Por Lei, a administração pública central, regional e local não pode despedir trabalhadores;
- Esta regra de diminuição percentual das Despesas com Pessoal vigora há vários anos, através de vários Orçamentos de Estado;
- O seu cumprimento tem sido assegurado pelo Município do Cartaxo através sobretudo das Aposentações/Reformas dos seus trabalhadores;
- Nos últimos anos saíram do Quadro de Pessoal do Município do Cartaxo cerca de 25 trabalhadores;
- O "Mapa de Pessoal" proposto neste Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo aponta para uma dotação de 359 colaboradores/trabalhadores;

a) O artigo 65º da proposta de Orçamento de Estado refere-se ao "Recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais em situação de saneamento ou de rutura (financeira)" e o seu conteúdo não apresenta alterações substanciais à prática em vigor, mantendo a intervenção dos membros do Governo para situações excecionais;

Sobre a proposta de Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo e as Grandes Opções do Plano para 2015:

- **Onde está uma resposta conclusiva à questão fundamental: este Orçamento-2015 vai – ou não vai – continuar a gerar défice, e passivo, para a CMC? Como diminuir essa fatalidade?**



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- O Município do Cartaxo encontra-se entre os 5 mais endividados do país.
- A dívida total do Município é em setembro de 2014: 53.298.559, Euros faltando aí consolidar a dívida que advém da “Rumo 2020 Empresa Municipal”;
- Tal como já afirmámos na discussão do Orçamento Municipal para 2014, **voltamos a constatar que esta proposta de Orçamento da CMC para 2015 não demonstra ainda a real necessidade da Redução e racionalização da Despesa Corrente (sobretudo) e da maximização da Receita. Afirma-se que tal prioridade fica para o momento da negociação do Plano de Ajustamento Municipal, no quadro da adesão ao Fundo de Apoio Municipal;**
- **Não podem ser só os munícipes a pagar a crise financeira da autarquia. Tal como em 2014, falta a este Orçamento-2015 um «Plano de Contenção da Despesa Corrente» para o Município do Cartaxo – Por exemplo:**
 - Dívida de anos anteriores (fora do PAEL e FAM)?
 - Estão orçados 110.559, Euros para horas extraordinárias. Como se justificam?
 - Publicidade? Tem 281.894, Euros previstos para 2015. O que é novo e o que é antigo?
Sem mencionar Estudos e Projetos...
 - Quadro com a situação pendente após as renegociações com credores e quais os respetivos planos de pagamento a esses credores?
- **O Município não pode ficar a aguardar pelo aumento dos impostos municipais para resolver os seus problemas financeiros. Os munícipes vão ter de suportar o aumento da Receita do IMI de 12,65% em 2015. Tal como em 2014, também falta a este Orçamento-2015 um «Plano de Maximização da Receita» para o Município do Cartaxo – Por exemplo:**
 - O Regulamento e a Tabela de Taxas Municipais já devia ter sido revisto, como temos vindo a afirmar há vários meses. A utilização do Centro Cultural do Cartaxo é disso um bom exemplo. Até hoje a sua receita continua a ser escassa. As regras para a isenção da sua utilização estão desvirtuadas;
 - Pela “Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo” os Bombeiros



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Municipais do Cartaxo apenas aplicam a tabela anual aprovada pela Federação dos Bombeiros de Santarém. Há vários serviços que os BMC prestam e que não estão contemplados e que representam custos para o Município;

- *Há património municipal que não está a ser potenciado como gerador de receita para o Município. Os Quiosques, o Parque de Estacionamento, os terrenos disponíveis para captar investimento (Casal Branco em Pontével);*
- *Há ainda património municipal que neste momento apenas representa custos para a edilidade e que pode ser colocado ao serviço da comunidade (Juntas de Freguesia e coletividades, por exemplo) assegurando a sua manutenção e melhor utilização. A nossa proposta para a cedência da escola dos Casais Lagartos à Junta de Freguesia foi feita em setembro e ainda não tem concretização.*
- **As AMR (Atividades Municipais Relevantes) e o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) têm de ser revistos e reajustados;**
- **Onde está a assunção dos problemas que vão resultar da situação de extinção da "RUMO 2020 Empresa Municipal"? Ainda não foi apresentada uma proposta de Orçamento para a "RUMO 2020 E.M." sobre a qual é o Município quem detém 100% do capital social...;**
- **Foram cumpridos os preceitos da Lei do "Estatuto da Oposição";**
- **Agradecemos aos trabalhadores e colaboradores da autarquia o seu empenho."**

PRESIDENTE

Agradeceu a intervenção do vereador Vasco Cunha e concordou com a proposta para correção das duas referências por forma à substituição da palavra "despedimento" por "redução" passando a ler-se "a redução de 3% dos trabalhadores municipais".

Salientou que a atual situação do Município resultou da acumulação de deficits ao longo dos anos nos vários exercícios e realçou a redução superior a 1 milhão de euros com esforço, sacrifício e empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal, para não acumulação de deficits no exercício desse ano. Anotou o contributo das gerações vindouras para o grau de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

endividamento da Câmara Municipal, assim como do país cuja dívida pública não diminuiu apesar dos sacrifícios dos portugueses. Disse que o PSD fez uma ligeira nota sobre as rescisões amigáveis com pessoal e não apresentou nenhuma proposta de diminuição da despesa, destacando a coragem política do executivo, com 1 voto contra do PSD em sessão da Assembleia, para maximizar todas as receitas do Município.

Disse que o PSD foi a única força política que não compreendeu a emergência do Município quanto ao pagamento dos salários e de serviço de dívida e absteve-se na votação ao Fundo de Emergência, que foi um instrumento financeiro concedido aos Municípios pelo governo PSD e cujo diploma foi aprovado em Assembleia da República. Frisou que não deviam ser desprezados esses instrumentos e os fatores bons do PAEL e FAM, que permitiam melhores condições de pagamento e prazos de liquidação da dívida e a sua redução no processo negocial, evitando a interrupção abrupta de serviços básicos do Município.

Salientou que a deliberação do PAEL conduzia à revisão orçamental e valorizou o trabalho do executivo e serviços no âmbito do PAEL.

Realçou a inexistência de um plano formal de despesa corrente, pelo que o exercício diário do executivo e dos serviços assentava na redução máxima da despesa quanto às horas extraordinárias, despesas com pessoal e no contexto de pagamento de dívidas à CGA e segurança Social. Destacou que a redução da dívida a fornecedores e a terceiros, no mês de setembro, cifrava cerca de 1,5 milhão de euros.

Sublinhou a importância do reconhecimento do esforço do executivo na questão do património do Município, que contava com uma equipa coordenada pela área jurídica para atualizar o património, de acordo com a lista partilhada com os vereadores da oposição.

Evidenciou o consenso no executivo quanto às isenções dos espetáculos produzidos no centro cultural, caso contrário o centro cultural encerrava dada a incapacidade financeira da Câmara. Concordou com a proposta de taxas acessíveis a qualquer associação e anotou a dinamização do centro cultural feita por associações e espetáculos a troco de bilheteira.

Mencionou que a Câmara não estava em condições de desperdiçar as verbas residuais dos quiosques ou que pudessem advir dos bombeiros. Nesse sentido, considerou que todos os



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

contributos eram válidos e esperava que o PV-MPC e o PSD apresentassem propostas concretas para melhorar o orçamento e não propostas residuais quanto ao que era mais substantivo constar presente no orçamento.

Disse que o PSD não apresentou propostas substancialmente diferentes daquelas apresentadas pelo executivo a tempo inteiro, apenas valores residuais para acrescentar à receita quanto a isenções do centro cultural ou receita dos bombeiros. Frisou que na primeira ronda de intervenções do PSD não viu soluções apenas ouviu um diagnóstico dos problemas do Município subscrito por todos. Salientou que o PV-MPC apresentou um conjunto de questões de dúvidas que o executivo procurou esclarecer. Nesse sentido lançou o desafio, na segunda ronda de intervenções, era recolher os contributos do PSD e PV-MPC por forma a verificar diferenças substanciais em relação às propostas apresentadas.

VEREADORA ÉLIA FIGUEIREDO

Por um lado anotou o convite às forças políticas para apresentarem contributos com um documento fechado e a última convocatória do PV-MPC no dia 27 de outubro, por outro lado realçou a obrigatoriedade legal de entregar o orçamento à Câmara até ao dia 31 desse mês.

PRESIDENTE

Anotou que no seguimento da reunião de setembro, que contou com a presença da vereadora Élia Figueiredo, e da reunião do dia 27 de outubro nenhuma das duas forças políticas, PSD e PV-MPC, enviou ao executivo os seus contributos. Anotou que uma proposta de orçamento nunca era fechada e qualquer força política ou partidária poderia dar contributos para a sua alteração até à sua deliberação em sessão da Assembleia.

VEREADOR PAULO NEVES

Cumprimentou os presentes e anotou a dificuldade de dar contributos para um município que estava cinco vezes mais endividado do que a receita, no entanto tal seria possível após a implementação da contabilidade analítica solicitada há 5 anos pelo PSD. Realçou que não



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

era fácil opinar sobre a otimização de receitas e a redução de custos, dado o Município não suportar a manutenção de estradas ou a recolha do lixo até à impossibilidade de realizar obras. Salientou que o PSD sempre apelou ao bom senso na contenção de despesa, foi o único partido que alterou o sentido de voto para viabilizar uma proposta, contribuindo para a resolução de um problema existente no Município. Atendendo que a bandeira do executivo era a poupança de 1,5 milhão de euros até setembro e que apenas ouviu falar de horas extraordinárias, questionou a poupança de 1,2 milhão de euros até setembro.

VEREADOR VASCO CUNHA

Em primeiro lugar, recordou a receção do orçamento cerca das duas da manhã de quinta-feira passada, o facto de o senhor Presidente saber se iria ter ou não o PAEL no orçamento e nas reuniões com o PSD, o senhor Presidente ainda não tinha o quadro macro daquilo que poderia ser o orçamento para 2015, quanto mais receber propostas específicas para o orçamento. Em segundo lugar, lembrou que o senhor Presidente fez parte de alguns executivos da Câmara Municipal que, na altura em que foi para gastar houve sempre a imaginação, sem a necessidade de recorrer à oposição para saber o que é que se podia fazer, com a oposição a afirmar gastos excessivos, e agora imputava-se à oposição a responsabilidade de não haver propostas. Em terceiro e último lugar, questionou: i) a rentabilidade e valor do património relativo ao Casal Branco de Pontével; ii) se a Quinta dos Sousas era património do Município, o valor económico e o que representava para o Município; iii) quanto à regulamentação do parque de estacionamento subterrâneo e à necessidade de equipamento para ficar em condições de ser rentabilizado a favor do Município; e iv) existência de infraestruturas para utilização e rentabilização do estacionamento à superfície da cidade do Cartaxo a favor do Município. Reiterou a existência de bens do Município que, do ponto de vista do PSD, deveriam estar a gerar receita para o Município. Por último disse que após um ano de mandato a concretização de algumas situações e alertou para a necessidade de acelerar esse rumo no próximo ano.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Frisou que o PSD apenas acrescentou duas ou três ideias avulsas ao que tinha transmitido na primeira intervenção. No seguimento das intervenções do PV-MPC e do PSD disse que não encontrava nenhuma alteração substancial quanto às propostas do executivo a tempo inteiro, pelo que espera coerência no sentido de voto dos senhores vereadores dado não terem apresentado nada de substancialmente diferente. Salientou que uma semana após a entrega do orçamento e análise, não encontrava propostas alternativas àquelas plasmadas na proposta de orçamento. Referiu que o vereador Paulo Neves desvalorizou anos e anos de verificação do PSD, que sempre apresentou propostas para inscrever no orçamento da Câmara nas reuniões de discussão do orçamento. Realçou que executivo solicitou contributos a cada força política incluindo aqueles sem representação autárquica, para discussão e por forma a plasmar os mesmos na proposta de orçamento, considerando as dificuldades todos deveriam estar comprometidos com soluções.

VEREADOR PAULO NEVES

Disse que o senhor Presidente fez parte do problema da condução do Município e lembrou que estava há 5 anos no executivo e tudo o que o PSD disse ou fez nada era posto em prática, salientando que o PSD que nunca esteve na presidência e sempre alertou para as situações. Por último questionou o senhor Presidente a poupança de 1,5 milhão de euros para além das horas extraordinárias.

PRESIDENTE

Respondeu que 1,5 milhão de euros estava plasmado no relatório do 1º semestre, apresentado pelo executivo, no entanto facultava essa redução na próxima reunião.

Enquanto candidato e presidente pelo PS sempre governou a Câmara sem afastar as responsabilidades, assumindo todas as responsabilidades e tudo o que fez fazendo parte desses executivos. Destacou ainda a sua posição contra a linha de rumo que estava a ser seguida, rompeu com aquela vigente no seu partido e lutou dentro do mesmo para o seu



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

derrube. Disse ser expetável que as forças políticas dessem contributos substancialmente diferentes quanto ao que era apresentado na proposta e reiterou que não viu nada de diferente em termos de propostas após as intervenções do PSD e do PV-MPC. Assim espera que as votações fossem feitas em coerência e sintonia com o facto de não ter sido apresentado nada de substancialmente diferente das propostas do executivo.

VEREADOR PAULO NEVES

Realçou que no início do mandato foi assumida uma dívida de 63 milhões de euros e atualmente concluiu que era de 52 milhões de euros, no entanto o executivo apresentava apenas 1,5 milhões de euros dessa diferença. Considerou a dívida com pessoal no valor de 7,7 milhões de euros, o custo da dívida na ordem dos 2 milhões de euros e a receita média de 11 milhões de euros. Questionou qual era a melhoria da qualidade de vida visada no orçamento do Município, dada a descaraterização do Cartaxo e a deficiente recolha do lixo e condições das estradas.

PRESIDENTE

Respondeu que todos concordavam com o diagnóstico e anotou a inexistência de propostas substancialmente diferentes por parte da oposição quanto à proposta de orçamento concreta. Realçou algumas das situações explanadas no orçamento respeitantes à conclusão de duas obras paradas há cerca de 2 anos, à estrada da Rua do Prioste - Moinho Saloio e à estrada de Santana; ao reinício da obra da estrada do Setil parada há cerca de 3 anos, a partir do dia 17 do corrente e após o acordo de cedência de posição contratual; celebração de 21 contratos inserção-emprego com o IEFP, durante um ano, para reforço da limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos, manutenção de espaços verdes e apoio nas escolas; impedimento do aumento do tarifário da água pelo atual executivo e análise da justificação do seu aumento, após aprovação do contrato adicional por parte do anterior executivo sem qualquer estudo a fundamentar o aumento de 5% por ano; ou resolução de um conjunto de problemas no Valleypark. Assim, salientou que a construção de um



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

orçamento, em que a esmagadora maioria do mesmo era carregado de dívida, não havia “varinhas mágicas” para resolver os problemas estruturais agravados nos últimos 5 ou 6 anos no espaço de um ano, anotando a importância de sintonia no executivo dada a sobrecarga e os sacrifícios dos munícipes acarretados pelo plano de ajustamento municipal.

VEREADOR VASCO CUNHA

Questionou qual era a margem para propostas de investimento no Município, considerando um orçamento com uma dotação de 12 a 13 milhões de euros, com despesas inerentes a esse montante mais 40 milhões de euros para pagar. Salientou que o PSD mencionou o que gostaria de ter visto no primeiro ano de mandato e consagrado no segundo, quanto à contenção da despesa e à maximização da receita. Realçou que o PS, que governou o Município do Cartaxo ao longo de 40 anos, ainda não tinha pedido desculpas aos munícipes do Cartaxo pela situação financeira do Município, realçando que os munícipes do país iam contribuir com os seus impostos para o pagamento dessa dívida. Considerou que a lista pela qual o senhor Presidente foi eleito foi a mesma dos seus antecessores, que levaram o Município a essa situação, pois o projeto iniciado por uns e continuado por outros, atualmente tinha à frente um socialista. Questionou o ponto da situação do Casal Branco.

PRESIDENTE

Recordou que a seu tempo tomou as suas decisões, rompeu com o que existia, manifestou-se contra e votou dentro do PS para alterar a linha de rumo. Realçou que a lista foi eleita pelos concidadãos e cujo trabalho do executivo era avaliado de quatro em quatro anos, de acordo com as propostas e o desempenho do partido em exercício e dos partidos da oposição. Nesse sentido disse que o PS foi penalizado, perdeu a maioria absoluta em resultado do seu trabalho, o Eng.º Paulo Varanda ficou em segundo lugar e o PSD em terceiro lugar, o que refletia as razões porque é que cada um com as suas propostas teve esse resultado nas últimas eleições autárquicas. Assim reafirmou que as propostas



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

apresentadas, no substancial não eram diferentes daquelas apresentadas pelo PS, sendo meros fatores residuais que não significavam 1% do que estava a ser discutido.

Quanto à questão do Casal Branco elucidou que a previsão de receitas estava limitada e relembrou ter feito o ponto da situação com a Avipronto nas reuniões de Câmara. Por último disse que nenhuma força política apresentou algo de diferente do que foi apresentado.

VEREADOR PAULO NEVES

Questionou o enquadramento dos 3 milhões de euros no Novo Banco, aquando da negociação com o banco Santander foi fechado com o banco BPI e CGD.

PRESIDENTE

Respondeu que tal como explicou aquando da discussão do plano de reequilíbrio financeiro, tratava-se de uma etapa obrigatória e todos os instrumentos estavam incluídos no PAEL, à exceção dos ARD, todos os outros eram enquadrados no FAM. Recordou que toda a dívida remanescente inclusive das instituições era enquadrada em FAM

VICE-PRESIDENTE

Elucidou que a dívida de empréstimos ao BES era de 495 mil euros e inferior a 500 mil euros de ARD, totalizando menos de 1 milhão de euros.

De acordo com a DGAL, o índice a pagar (página 112), em outubro de 2013, a conta de dívidas a terceiros cifrava-se em 26.250.030 €, enquanto no mês de setembro de 2014 era de 23.796.000€. Nesse sentido, o aumento da conta de dívida a terceiros facilitou que o reequilíbrio não fosse preciso no caso do BES/Novo Banco.

Quanto à questão da Dr.^a Odete Cosme, clarificou que a diferença de 4 milhões de euros de euros entre os dois quadros respeitava os juros dos ARD e juros de mora de fornecedores em 3,8 milhões de euros, bem como o cálculo feito para a taxa de 2015 do fundo de apoio de emergência de 186 mil euros.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Deliberado, por maioria, com 3 votos a favor do PS, 2 abstenções do PSD e 1 voto contra do PV-MPC, aprovar a proposta nos termos propostos.

VEREADORA ÉLIA FIGUEIREDO

Declaração de voto

Leu a seguinte declaração de voto:

"1. O desmoronar de uma MENTIRA!

*Finalmente a dívida anunciada parece estar mais próxima da realidade. Gostávamos de lembrar que a este propósito o Presidente da Câmara anunciou grandes **parangonas**, tendo feito **títulos de jornal** com valores bastante diferentes deste. Se por um lado afirmou que a dívida técnica seriam **57 M€**, por outro, a dívida real, segundo este era **63,19 M €**. Junto anexamos análise desta matéria suscitada em mail para o Presidente da Câmara em 28/04/2014.*

Afinal hoje, depois de assumidas algumas – ainda não todas – realidades, parece que era mesmo uma fraude!

Todos nós sabemos que seria possível reduzir a dívida em 10 M € - como o executivo tenta fazer dando uma imagem de "recuperação"! Afinal de contas, a receita média anda na casa dos 11,5 M €, numa base anual. Ninguém acredita que a dívida baixou 10 M € quando volvido 1 ano, se encaixou em receitas pouco mais que isso, em termos absolutos!

*Mas ainda não é correto afirmar que a dívida do município são **53,5 M €**! Ainda continua empolada para que, daqui a 8 meses haja uma notícia que veicula a imagem de uma recuperação de 10% do valor da dívida... é esta a estratégia! Fraca... mas francamente populista e que falta à verdade para com os cartaxeiros.*

«"Município" + "Cartaxo"

Atualização de novas ocorrências – 30 de abril de 2014

NOTÍCIAS

Câmara do Cartaxo apresenta dois valores diferentes para a dívida global do município

O Mirante



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

No Cartaxo existem dois valores diferentes para a dívida global do município. Do ponto de vista técnico são cerca de 57 milhões de euros e do ponto ...».

Houve no entanto órgãos de comunicação social que compraram a ideia e fizeram na altura do atual Presidente de Câmara, a vítima que ele queria que a população visse nele!

Qual recuperação financeira? À custa da “venda” inicial de uma mentira? **Assim tudo se consegue, passar a imagem aos cartaxeiros de esforço e empenho, quando não era mais do que uma manobra de ilusionismo!**

Felizmente também isso está a mudar!

2. Uma INTRODUÇÃO e Pêras...

Na Página 6 da Introdução, pode ser lido:

«A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015 impõe um infundado limite de 35% de despesas com pessoal. Este facto a par da imposição do despedimento de 3% dos trabalhadores municipais, no âmbito do acesso ao Fundo de Apoio Municipal, limita e condiciona, em larga medida, a gestão e a autonomia das autarquias. Os graves problemas financeiros do Município do Cartaxo não têm origem nem se resolvem na esfera dos custos com o pessoal, pelo que nos parecem despropositadas as medidas que de forma discricionária incidem sobre as autarquias em rutura financeira».

Afinal já se descobriu o que, na altura da votação do acesso de apoio municipal, se ocultou! Lembramos que ainda em setembro o atual Presidente de Câmara criticou durante o PV-MPC, por votar contra o acesso ao FAM!

O argumento foi – “este fundo é fundamental porque vai permitir pagar salários” – todos nos lembramos muito bem! Foi recente! Não há ainda hipóteses para falhas de memória ou amnésias seletivas!

Sobre isto questionamos: mas alguém com cultura e conhecimento suficiente acreditou na altura que os gestores de um Fundo, permitiriam que esse dinheiro fosse utilizado para pagar salários? Alguém?

Então vamos traduzir “por miúdos” a afirmação do presidente em setembro: “eu vou mais facilmente pagar salários porque vou despedir 3% dos trabalhadores. E ainda por cima digo



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

que a culpa é do Governo!" – É ridículo! De facto... **os senhores, que pela primeira vez têm uma maioria relativa, ainda pensam** que os cartaxeiros são todos, mas todos Tolos! E que os **trabalhadores desta autarquia** também!

Afinal a introdução do orçamento diz muito... **O PRESIDENTE VAI DESPEDIR TRABALHADORES!**

E não nos esqueçamos do patrocínio que **teve da oposição do PSD.**

Somos capazes de apostar: os que serão despedidos, com certeza apoiaram outras forças políticas que o atual presidente... Cuidado Trabalhadores... está na hora de se sabujarem ou então ainda correm o risco de ir para a rua, porque cabem nos 3%.

3. Corte e costura

Pode ler-se ainda na parte inicial do documento que houve uma diminuição de 17 M € face ao orçamento anterior...

Como? À custa de quê? De horas extraordinárias? – NÃO! De cortes aos IDOSOS? – NÃO! De cortes nos eventos? – NÃO!

Mas afinal o que justifica esta diminuição em relação ao orçamento do exercício anterior?

Acho que fica claro para todos que este documento não é um documento técnico... antes sim político em que se manobra sem mais nem menos... afinal o que se passou? MAGIA! Não é mais do que corte e costura de número a avulso para montar a mensagem que se pretende passar!

4. Sinceridade acima de tudo

Afinal conseguimos encontrar alguma verdade! Na página 12, o executivo PS afirma que as obras que estão em curso, que já estavam em curso no mandato anterior, são as que serão **continuadas**. Não havendo qualquer tipo de perspetiva de novos investimentos... nem os mais básicos e que toda a gente reclama!

E diz mais coisas – é que o município vai arrecadar toda a receita possível! Exceto quando o PS precisar de usar o **centro cultural**... aí já não faz parte das otimizações previstas!

5. O Executivo Subterrâneo



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Quem não se lembra das duras críticas que o Sr. Presidente da Câmara dirigia ao anterior executivo. Nomeadamente na altura da discussão do orçamento? Nomeadamente quando se incluía as receitas pouco prováveis? Nomeadamente do Parque de estacionamento subterrâneo... Pois é... pela boca morre a "toupeira"! De facto este Executivo vê mal... e é subterrâneo!

Volvidos um ano ainda não conseguiu começar a cobrar estacionamento no parque central. Com certeza dirão – "ah e tal a culpa é do passado"! Sublinhe-se... passou-se um ano... nem PAEL, nem subterrâneo. Nem NADA! – Página 15

6. Sem Rumor

Está anunciado que vamos ficar sem empresa Municipal. É desta é que é! Refere-se neste particular o passivo. Mas quanto é que a Câmara deve atualmente à RUMO 2020? Porque aparecem estes números? Talvez fosse interessante o executivo revelar estes elementos! Mais – quanto está previsto transferir para a RUMO, no âmbito do contrato programa que celebrou com a CMC? Não... também não pode ser visto nestes valores apresentados!... Isso não interessa nada!

Outra: Afinal? O Presidente da Câmara vai ou não despedir também os trabalhadores da Rumo? A nossa perspetiva é que só alguns – os que fizeram parte de movimentos políticos adversos ao presidente! Mas nem uma palavra sobre o assunto...

Uma coisa é certa... o Cartaxo não precisa de chegar ao final do ano para ficar sem rumor! Este foi extinto há pelo menos um ano!

7. Transparência Turva

Pois... de facto... Estamos muito contenciosos... Mas afinal onde se vão gastar os 180.000EU em processos judiciais? Naqueles processos todos? Quanto é previsto em cada um? Pois... isso agora já não se consegue saber outra vez! Ora bolas mais à "transparência turva"! É só ver, que nada se consegue ver – página 19.

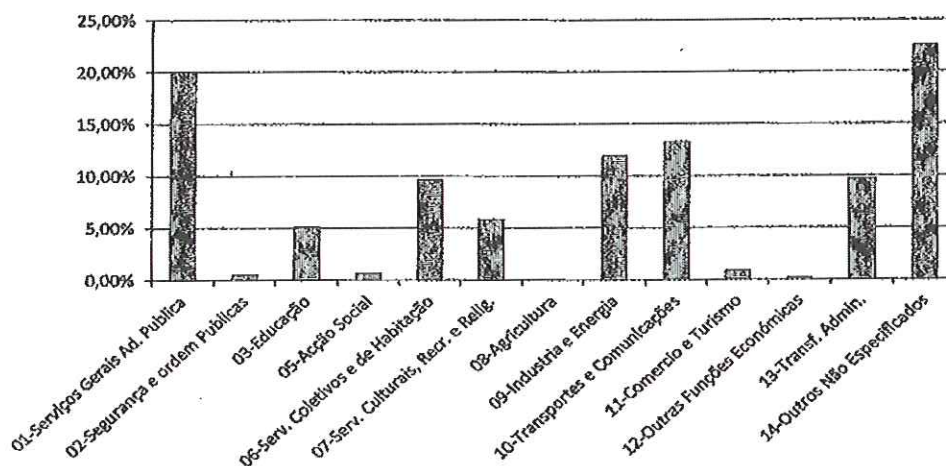
Resumindo e... Resumindo



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DO PLANO



No resumo do plano, página 38 podemos bem identificar a estratégia deste executivo: 23,5% serão canalizados para "Outros não especificados"!!! Cerca de um quarto do plano não está especificado!!! Pasmese! 20% vão para os serviços gerais!

A aposta na educação tem um decréscimo de mais de 60% a Ação Social nem se dá por ela – e mais é um executivo socialista!

Muito mais haveria por dizer... mas resumindo, resumindo ... resta-nos refletir sobre estes pequenos grandes factos!

Fazer bem?? A quem?

Estão previstos:

- 915 000 EU em 2016 para remodelar o parque municipal. (pg.42)

- Aumento das despesas com gasóleo de 2015 – 63 800 EU para 200 000 EU em 2016.

Esperamos que se comprem imensos carros, para prever gastar tanto gasóleo, provavelmente o carro que o presidente quer comprar será a gasolina! Ou então tem-se em conta aumentos de combustíveis com bases que nós não conseguimos ainda perceber... (pg. 42)

- Vamos fazer um centro escolar em Pontével? Como? Em 2016? (Pg. 43) será que quanto mais nos aproximamos das próximas eleições, mais o dinheiro vai crescer?



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

- Na componente de saneamento, pg. 45, estão previstas verbas avultadas para 2015 serem alocadas – às obras das ETAR nas freguesias! Então mas porquê? Se elas estão contratualizadas no âmbito da concessão das águas, porque aparecem contabilizadas aqui – pg 45. O Presidente de Câmara diz na introdução que não fará investimentos e depois no plano e em números pequeninos diz o contrário? Das duas uma – está identificado o segredo do seu empolamento de receitas, ou então... pretende cessar contrato com cartágua e já tem acordos escondidos com alguém que lhe dê dinheiro para fazer estas obras. Caso contrário... elas estão já contratadas em mandato anterior, que tanto criticou, pela via do contrato de concessão – que tanto permitiu que ele mentisse – e felizmente as suas mentiras já foram desmontadas sobejamente! – Uma mentira de mais de 500 000 EU.
- Está previsto para 2015 gastar cerca de 100 000 EU para um projeto para a nova biblioteca municipal?

Muito mais haveria para dizer, relativo a estas imprecisões que comumente são chamadas de farsas... **num orçamento que está a ser submetido a esta Câmara fora dos prazos legais**, mas apenas nos resta dizer que nestas condições, com este danoso orçamento, que prejudica a população e as condições de vida dos nossos munícipes, que não apoia os trabalhadores municipais nem protege as famílias, que abandona a prioridade da educação e da ação social...

Só pode ser reprovado pelo MPC!

Os Vereadores do PV-MPC."

"Exmo Sr Presidente,

Sr Pedro Ribeiro

No seguimento da última reunião de câmara cujas divergências de análise do teor do Relatório de Gestão 2013 originaram a suspensão dos trabalhos e seu consequente adiamento para hoje, dia 28ABR14, informamos que:

- Dada a responsabilidade que envolve a decisão em apreço, aproveitamos o tempo do fim-de-semana para **trabalhar** no assunto;
- Este trabalho caracterizou-se por uma consulta a especialistas na matéria das finanças



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

locais (**ROC**, entre outros) e relacionamento das autarquias com a banca (**diretores de contencioso**, departamento, etc);

- Passou ainda por contactos com outros autarcas do país que exercem as mesmas funções que V. Exa bem como técnicos de autarquias que são e foram responsáveis por esta área, alguns deles **leccionado** esta matéria em nível superior;

Nesse sentido e a bem da **transparência** e **respeito** pelo órgão Câmara Municipal, transmitimos:

- A certificação do ROC é clara e valida o passivo apresentado no capítulo do documento 4 – **Situação Económica e Financeira** e 5 – **Execução Orçamental** – ver em particular o **Balanço**;

- O **quadro** a considerar para a caracterização da dívida do Município é o constante da página 45 do relatório com o título “**Dívida a Terceiros, Curto, Médio e Longo Prazo**”;

- Esta visão contraria a dívida de 60 734 018,72 € apresentado por V. Exa no quadro da página 4 e que alias tem defendido nos 6 meses de mandato;

Assim sendo, os valores da dívida a apresentar no capítulo da introdução deverão sem dúvida ser os constantes do capítulo **5.5 – Evolução do Investimento e da dívida Municipal** (págs. 44 a 46).

No ultimo parágrafo da **página 3** do relatório em análise é referido que:

“No **relatório apresentado pelos serviços da Divisão de Gestão e Finanças desta Câmara, a pedido do atual executivo camarário**, constatou-se que a 31 de outubro de 2013 a dívida estimada perante os documentos existentes à data era de 63,19 milhões de euros, incluindo a dívida declarada pela empresa municipal RUMO 2020 que era na ordem de 5,36 milhões de euros (ver quadro abaixo)”

Porque suspeitamos das motivações e critérios políticos e técnicos que estiveram na base da apresentação destes elementos, solicitamos que nos seja fornecido o **relatório mencionado, devidamente datado e assinado pelos técnicos** que o produziram, na reunião de Câmara do próximo dia 28ABR, facto que entendemos categórico para a **seriedade, serenidade e transparência do debate**.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

*Solicitamos no mesmo sentido que os quadros divulgados no site do município em **novembro de 2013** tenham o mesmo tratamento – **apresentação na reunião de Câmara, datados e assinados por quem os produziu.***

*Lembramos a este propósito que o Sr. Presidente afirmou este quadro (primeiro) teria sido produzido pela **Dra. Céu Mourato** e o segundo (constante no relatório) pela **Dra. Ana Lúcia Serôdio.***

Solicitamos a presença das técnicas na reunião para prestação de esclarecimentos – por favor queira contactá-las – se entender necessário nós tratamos deste assunto.

*Recordamos ainda que no teor das declarações por nós proferidas, afirmamos qual seria a nossa **ação consequente** – Enviar a documentação em apreço e a solicitada no parágrafo anterior, pelo menos, para as entidades inspetivas, sem prejuízo de quaisquer outras que entretanto se entendam pertinentes.*

Gostaríamos também de alertar que os assuntos pendentes e que levaram à suspensão dos trabalhos são objetivos e diretos. Não havendo lugar a grande margem para debate de conceitos (pelo menos é esse o nosso entendimento).

Nesse sentido caso haja alguma documentação que pretenda que seja alvo do nosso estudo, faça o favor de nos fazer chegar antecipadamente – não gostaríamos de passar novamente por esta demonstração de péssimo trabalho que é suspender a reunião para haverem esclarecimentos, só porque não houve preocupação de, em antecipação o fazer.

Muito agradecemos toda a atenção prestada ao assunto,

Atenciosamente,

Paulo Varanda,

Vereador”.»

PRESIDENTE

No seguimento da leitura da declaração de voto do PV-MPC disse que a mesma era uma ocultação, atendendo à discussão do orçamento e das grandes opções do plano durante duas horas e meia. Anotou que não deixava de ser interessante o conjunto de



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

considerações que a senhora vereadora não teve a frontalidade de debater no período da discussão, onde só fez perguntas, e colocou-as em forma de declaração de voto para quase não haver discussão e contraditório sobre as coisas gravosas mencionadas.

Realçou que o primeiro facto gravoso era a insinuação sobre o executivo ter informado os munícipes que baixou a dívida em 10 milhões de euros, considerando um exercício desonesto. Disse que nunca afirmou, em nenhum órgão de comunicação social, que a dívida tinha diminuído 10 milhões de euros. Elucidou que o Município fez uma auditoria interna financeira para apurar dívida que calculou 63 milhões de euros, concluindo que era dívida e compromissos assumidos, após discussão houve procedeu-se à respetiva distinção. Frisou que os valores da dívida estavam reportados pela DGAL e que a senhora vereadora nunca ouviu da sua parte referir a redução de 10 milhões de euros da dívida.

Realçou que outra insinuação abusiva e desonesta era dizer que o Presidente ia despedir trabalhadores. Destacou que outro problema quando as pessoas se limitavam a ser porta-vozes de um documento, que claramente não foi redigido pela senhora vereadora, era o mesmo conter erros, como por exemplo a afirmação "*nem PAEL, nem subterrâneo*". Assim anotou a inexistência do PAEL no mandato do Eng.º Paulo Varanda mas uma realidade no atual mandato e referiu que o parque subterrâneo apresentava muitos problemas para ser explorado, estava situado numa zona central do concelho do Cartaxo que esteve fechada tempo demais, nem sequer foi apresentado um projeto de regulamento ao executivo, concluindo que o Eng.º Paulo Varanda foi Presidente de Câmara e nada fez em relação a essa matéria. Considerou que a referida declaração dizia muito da natureza do Movimento, um documento com muitos erros, por isso a senhora vereadora foi esclarecida por parte do executivo a tempo inteiro, com interpretações abusivas e extremamente adjetivado, da sua parte mereciam apenas repúdio, dado o tempo suficiente para discussão dessas matérias que foram sempre omissas, limitando-se a senhora vereadora a questionar sem apresentar uma proposta em concreto. Considerando o voto contra por parte do PV-MPC, não se admira que aqueles no passado e no presente não queriam apresentar soluções para o concelho do Cartaxo, naturalmente como democrata, todas as posições eram respeitadas



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

pelo executivo, mas não deixava de fazer esse comentário de repúdio pelos termos utilizados e interpretações abusivas que o documento comportava.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MUNÍCIPE ODETE COSME

Cumprimentou os presentes e fez as seguintes considerações:

- Pensa que o mapa previsional de endividamento – empréstimos, na página 112, que previa o pagamento de 9.522.796,38 € em 2015 e um total de empréstimos de 25.779.834,50 €, não contemplava o PAEL, as amortizações e juros do PAEL. Nesse sentido questionou: i) o valor correto do PAEL e se constava numa tranche, ii) os juros previstos na totalidade e iii) o serviço da dívida previsto para 2015 em relação ao PAEL;
- Pensa que o reequilíbrio financeiro não foi considerado, considerando que constavam todos os empréstimos discriminados;
- Na página 113, apontou um diferencial no total de encargos a pagar no ano e as operações financeiras (0103) apresentavam um total previsto de despesas de 14.720.601 €, cuja diferença com os 9 milhões de euros do endividamento perfazia 5.197.000 €, prevendo que o serviço da dívida com o PAEL rondava 1 milhão de euros e considerando juros a 1,38% disse que ainda existia um diferencial acima dos 4 milhões de euros. Nesse sentido questionou se foi considerado o pagamento total do empréstimo do BES e outros valores como os ARD no serviço das operações financeiras;
- Salientou que não estava considerado no mapa de endividamento o empréstimo urgente, ao abrigo do FAM, no valor de 11 milhões de euros;
- Questionou se as 14 pessoas consideradas a menos no mapa de pessoal menos estavam em regime de aposentadoria ou era uma previsão caso o FAM implicasse menos 3%;
- A limpeza de fossas continuar prevista no artigo 67º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

VICE-PRESIDENTE

Agradeceu a intervenção da munícipe e disse que as questões colocadas eram respondidas no decorrer da discussão do orçamento.

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta minuta da ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO – E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, deu como encerrada a reunião, quando eram vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Luís Miguel da Silva Benavente, a redigi e subscrevi e vou assinar junto ao senhor Presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE
CÂMARA

Luís Miguel da Silva Benavente